

IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO

Licenciatura em Fiscalidade

Licenciatura em Fiscalidade (Pós-Laboral)

Código: 12103

Área Científica Predominante: Fiscalidade

Docente: José Carlos de Castro Abreu

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 45h Carga Trabalho: 95h

ECTS: 5,0

Objetivos

O presente programa visa o estudo aprofundado da tributação do património, habilitando os alunos com os conhecimentos e competências próprias que lhes permitam:

- Compreender as implicações da reforma da tributação do património ao nível das novas realidades sujeitas a imposto e implicações ao nível dos impostos sobre o rendimento;
- Caracterizar a tributação dos imóveis em sede de IMI, quantificando a correspondente base tributável e sistematizando os meios de reacção associados à notificação do Valor Patrimonial Tributário;
- Determinar quem são os sujeitos passivos, o facto gerador, as isenções e as taxas de IMI;
- Conhecer as transmissões de imóveis sujeitas a IMT distinguindo a transmissão civil da transmissão fiscal, calculando a base tributável, sujeito passivo, taxas e isenções aplicáveis e obrigações a cumprir;
- Conhecer as novas realidades sujeitas a Imposto do Selo.

Resultados da Aprendizagem

No final desta unidade curricular os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar as operações tributáveis em cada um imposto sobre o património e as obrigações dos sujeitos passivos;
- Calcular o valor tributável em cada transação;
- Aplicar o novo mecanismo para o cálculo do Valor Patrimonial Tributário (VPT);
- Conhecer e compreender a tributação das transmissões gratuitas no Sistema Fiscal Português;
- Compreender a importância do VPT na tributação do rendimento e suas implicações;
- Saber aplicar a legislação, instruções administrativas e doutrina relativas à tributação do património;

- Formular e resolver problemas desenvolvendo e aplicando um raciocínio técnico e científico adequado;
- Utilizar métodos de investigação em matéria de tributação do consumo e património, para encontrar a legislação e doutrinal aplicável a problemas em concreto, com vista à sua resolução.

Conteúdos Programáticos

1. A tributação do património do Sistema Fiscal Português
2. Os objetivos, princípios e principais medidas da Reforma dos Impostos sobre o Património e suas implicações ao nível da tributação do rendimento.
3. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
 - 3.1. A Incidência real
 - 3.2. A incidência pessoal
 - 3.3. Facto Gerador do imposto e territorialidade
 - 3.4. As Isenções e benefícios fiscais
 - 3.5. Matrizes prediais: conceito, organização, inscrição e reclamação
 - 3.6. Objeto e tipos de avaliação na determinação do Valor Patrimonial Tributário (VPT)
 - 3.7. Reclamações e Impugnações da avaliação
 - 3.8. As taxas do Imposto
 - 3.9. Liquidação e Pagamento do imposto
 - 3.10. Obrigações dos sujeitos passivos
4. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)
 - 4.1. A Incidência real
 - 4.2. A incidência pessoal
 - 4.3. Facto Gerador do imposto e territorialidade
 - 4.4. As Isenções e benefícios fiscais
 - 4.5. A determinação do Valor Tributável: regra geral e regras especiais
 - 4.6. As taxas e sua aplicação temporal
 - 4.7. Liquidação, cobrança e pagamento do imposto

4.8. Obrigações e Garantias dos sujeitos passivos

4.9. Direito de preferência dos organismos públicos

5. O Imposto do Selo (IS)

5.1. A sujeição a IS das operações gratuitas:

5.1.1 - Incidência real, pessoal e encargo do imposto

5.1.2 – Territorialidade e incidência temporal

5.1.3 - Isenções

5.1.4 - Valor tributável e taxas (a tabela geral do IS)

5.1.5 - Competência para a liquidação

5.1.6 - Participação da transmissão de bens

5.1.7 - Liquidação e pagamento do imposto

5.1.8 - Fiscalização do Imposto

5.2. Outros atos e documentos sujeitos a IS:

5.2.1 - Incidência real, pessoal e encargo do imposto

5.2.2 – Territorialidade e incidência temporal

5.2.3 - Isenções

5.2.4 - Valor tributável e taxas (a tabela geral do IS)

5.2.5 - Competência para a liquidação

5.2.6 - Liquidação e pagamento do imposto

5.2.7 - Fiscalização do Imposto.

Bibliografia Recomendada

LEGISLAÇÃO FISCAL:

Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Código do Imposto do Selo.

Estatuto dos Benefícios Fiscais.

FISCAL, 44ª Edição, Porto Editora

LIVROS:

MATEUS, J. Silvério; FREITAS, L. Corvelo (2005). Os Impostos sobre o Património Imobiliário. O Imposto do Selo, Lisboa, Engifisco.

PIRES, José Maria F. (2018), “Lições de Impostos sobre o Património e do Selo” 3.ª Edição, Almedina, Lisboa.

PIRES, José Maria F. (2017), “O adicional ao IMI e a tributação pessoal do património, Almedina, Lisboa.

ROCHA, Santos António; Brás, Eduardo José Martins (2022), “IMI – IMT e Imposto do Selo (Anotados e Comentados) – 3.ª edição, Almedina

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

O estabelecimento do programa e a escolha dos métodos de ensino e avaliação dependem, em regra, dos objetivos a atingir.

Assim, considerando que o propósito central desta disciplina é dar uma visão panorâmica da tributação do património, os pontos selecionados para a composição do programa da disciplina correspondem a um núcleo de matérias consideradas essenciais no âmbito das referidas áreas.

A abordagem e exposição dos vários conteúdos programáticos serão orientadas de modo a permitir a concretização dos objetivos identificados, sendo de salientar, de um modo geral, a compreensão dos principais problemas associados a cada temática, domínio dos conceitos-chave e conhecimento da tributação do património vigente em Portugal.

Assim, e estando em causa o objetivo de formar profissionais qualificados no domínio da Contabilidade e da Fiscalidade, o programa foi definido tendo por base, os objetivos que se pretendem alcançar, bem como, as competências a serem adquiridas pelos alunos.

Em cada um dos domínios de abordagem tem-se em vista o objetivo que visa o desenvolvimento de um espírito crítico e de iniciativa para que os alunos que exerçam ou venham a exercer atividade na área contabilístico-fiscal sejam capazes de identificar as melhores práticas e saber aplicá-las à realidade própria de cada entidade.

Métodos de Avaliação

No âmbito da Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de avaliação:

Avaliação através de dois testes parciais (provas escritas que incidem sobre uma parte delimitada do programa).

Para a aprovação à unidade curricular é condição que, em cada um dos testes, o estudante obtenha uma nota mínima de 8 valores (numa escala de 0 a 20 valores) e que a média final dos dois testes seja superior ou igual a 9,5 valores (numa escala de 0 a 20 valores).

Os alunos que não obtenham aprovação através da avaliação prevista terão que se submeter às épocas de exames

previstas. Nestes casos, ao aluno corresponderá, como nota final, a nota obtida no exame.

Cálculo classificação final

1. A nota mínima de aprovação à disciplina, seja qual for o sistema de avaliação, é de 10 valores.
2. 1º Teste parcial (40%); 2º Teste parcial (60%).
3. Os alunos poderão realizar melhoria de nota nos termos gerais previstos no Regulamento Académico.